

# **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

## **TRANSFERIR, TRANSFORMAR E DESATIVAR: O PROGRAMA DE PRIVATIZAÇÃO DE EMPRESAS ESTATAIS NO GOVERNO FIGUEIREDO (1979-1985)**

Valesca de Souza Almeida

Doutoranda em História Social na Universidade Federal Fluminense e

Professora do Colégio Pedro II

valmeida@id.uff.br

No dia 15 de julho de 1981, o presidente João Batista Figueiredo fez publicar o decreto nº 86.215, criando normas para a transferência, a transformação e a desativação de empresas sob o controle do Governo Federal (BRASIL, Decreto 86.215/1981). O texto publicado afirmava que eram objetivos prioritários do governo o fortalecimento da empresa privada nacional, a contenção da criação de empresas estatais e a transferência do seu controle para o setor privado. Este projeto não era inaugurado naquela ocasião, constava como um dos propósitos do Programa Nacional de Desburocratização, lançado dois anos antes.

Mas, o ritmo da desestatização (palavra que, naquele contexto, era mais frequente do que privatização, embora esta também fosse utilizada como um sinônimo) ainda parecia muito moroso para os seus interessados, não havendo até aquele momento uma clara definição de quais as empresas deveriam ser desestatizadas nem quais seriam os procedimentos para transferir, transformar ou desativar uma empresa estatal. É para suprir esta lacuna que o decreto foi elaborado, designando três departamentos para acelerar, em conjunto, o processo: a Secretaria de Planejamento da República (SEPLAN – que tinha status de Ministério), o Ministério da Fazenda e o Ministério Extraordinário para a Desburocratização (este último criado em 1979, junto do Programa Nacional que visava o mesmo fim). Em sessenta dias, a contar do dia 15 de julho, os ministros que chefiavam as pastas indicadas deveriam enviar à presidência da república uma relação das empresas sob controle direto da União que seriam transferidas (para o setor privado ou para Estados e municípios), transformadas (que passariam a outros órgãos ou teriam sua natureza jurídica modificada) ou desativadas.

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

Em julho de 1981, Delfim Neto era o responsável pelo planejamento, Ernani Galvêas era o ministro da fazenda e Hélio Beltrão era o ministro extraordinário para a desburocratização. Para elaborar a lista das empresas desestatizáveis e garantir que as intenções ganhariam concretude, cada um destes ministros nomeou um representante para compor uma Comissão Especial de Desestatização. Os trabalhos desta comissão, a princípio, seriam encerrados em doze meses, mas ela acabou funcionando por um período maior, uma vez que o prazo foi sendo prorrogado anualmente, até o ano de 1986 (conforme é possível verificar nos decretos 87.405/82; 88.518/83; 89.910/84 e 91.216/85).

De acordo com as regras criadas ainda por aquele primeiro decreto - 86.215/81 -, o alvo da desestatização eram as empresas estatais que foram originalmente criadas como empresas privadas e acabaram passando ao controle da União (nas décadas de 1960 e 1970, muitas fizeram este percurso para serem salvas da falência, por exemplo), bem como as empresas estatais que estavam concorrendo com empresas privadas, em setores nos quais estas últimas já estivessem bem consolidadas. Reafirmava-se o entendimento disposto na Constituição então em vigor, que considerava a exploração das atividades econômicas competência preferencial da iniciativa privada. Assim sendo, o Estado só deveria atuar em setores complementares ou que não fossem do interesse de empresários, nunca oferecendo concorrência aos mesmos.

Caso a Comissão identificasse uma empresa estatal cujo controle por parte do governo não mais se justificava legal, econômica ou administrativamente e ninguém manifestasse interesse em adquiri-la, este era um caso para desativação. Por fim, as que não fossem transferidas nem desativadas, teriam uma redução de investimentos e limitação de atividades.

O decreto mencionava ainda como um princípio básico a necessidade de os compradores das empresas serem cidadãos brasileiros ou empresas nacionais. Mas, pelo menos em um caso, houve a construção de mecanismos para burlar esta regra. É o caso da Editora José Olympio, que foi comprada por Henrique Gregori, dono da empresa Xerox. Ele a adquiriu em sua pessoa física para depois revendê-la à empresa, que não era nacional (Jornal do Brasil, 17 de abril de 1984, p. 18).

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

Uma semana após a publicação do decreto, no dia 22 daquele mesmo mês, a Comissão Especial de Desestatização foi nomeada pelos ministros. O Ministro do Planejamento indicou o engenheiro e administrador de empresas Paulo Niccoli, que se tornou presidente da Comissão. Mário Jorge Gusmão Bérard, economista e advogado, foi o indicado pelo Ministro da Fazenda e João Geraldo Piquet Carneiro, também advogado, foi indicado pelo Ministro da Desburocratização. No dia seguinte, o jornal O Globo fez uma matéria que trazia breve biografia dos três integrantes e suas impressões sobre a tarefa para a qual estavam sendo designados. É possível perceber que a atuação de Paulo Niccoli, por exemplo, perpassou instituições públicas e privadas. Além disso, em suas palavras se revela um discurso de defesa dos interesses da iniciativa privada:

“Sou um privatista. Nunca fui um burocrata e sempre me senti um homem da iniciativa privada, embora não queira com isso dizer que não vá defender com afinco os interesses do Governo nas negociações de vendas das estatais – diz Niccoli, que foi gerente de operações do Banco Safra e diretor financeiro da Atma Paulista S.A., com rápidas passagens pelo governo paulista”. (O Globo, 23/07/81, p. 23)

Com a liderança de Niccoli, identificado então pelo jornal O Globo como “um dos mais importantes personagens do processo de abertura política”, os trabalhos da Comissão Especial tiveram início e a primeira lista de empresas sob controle estatal que poderiam ser desestatizadas foi publicada no dia primeiro de setembro de 1981. Este documento afirmava ter sido dado “o primeiro e importante passo” para alcançar o objetivo de “fortalecer o sistema de livre empresa, meta prioritária da política de desestatização da economia nacional” (Apreciação nº 009/53/AC/81. Fundo SNI/AN). Encaminhado pelos ministros citados acima à presidência da república, foi rapidamente aprovado. Todas as cinquenta empresas que constavam na primeira lista haviam sido criadas pelo setor privado e passaram para o controle do Governo Federal em decorrência de inadimplência ou situação semelhante. Havia empresas de setores bastante diversificados, como os de celulose e papel, estradas de ferro, produção de aço, metais, carvão e cimento, hotel, livraria, fábrica de tecidos, fertilizantes, petroquímica, e processamento de dados (Ver anexo 1).

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

Dois meses depois, outras três empresas entraram para o grupo das privatizáveis. Desta vez, não eram empresas originalmente criadas pela iniciativa privada, mas estatais criadas por lei. Todas haviam demonstrado lucro no ano de 1980 (Jornal do Brasil, 1/12/81, p. 17. Ver anexo 2). Com o passar do tempo, outras listas foram sendo criadas e outras empresas foram sendo elencadas como passíveis de desestatização, seja pela venda à iniciativa privada, pela fusão ou incorporação com outras, ou mesmo pela sua desativação.

Em junho de 1984, a SEPLAN encaminhou um relatório ao Serviço Nacional de Informações (SNI) com a prestação de contas do trabalho da Comissão Especial de Desestatização, informando quais empresas já tinham sido retiradas do controle da União até aquele momento. Neste documento, é possível contar dezoito empresas que foram privatizadas, três que passaram por um processo de fusão, cinco que foram incorporadas a outras empresas, duas transformadas, nove extintas, uma transferida para governo estadual, 68 em fase de extinção (nestas estavam incluídas empresas criadas para atender ao Código de Mineração então em vigor, que dizia que uma empresa só poderia explorar até cinco elementos minerais diferentes, e Centrais de Abastecimento – CEASAS). A relação contava ainda com vinte e sete empresas “a serem privatizadas” no futuro. (ACE 042406/84. Fundo SNI/AN – Ver anexo 3).

Ao longo desse processo de desestatização de empresas, é de se notar a ampla cobertura conferida pela grande imprensa aos trabalhos da Comissão. Como exemplo, ao se buscar na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional a expressão “Comissão Especial de Desestatização” no Jornal do Brasil na década de 1980, são mostradas 185 ocorrências. Ao percorrermos por elas, verificamos que ao longo de todo a sua atuação, a comissão era pauta frequente do jornal, havendo um tom elogioso de seu trabalho, como na matéria do dia 26 de agosto de 1981:

“Privatização atinge logo 5 estatais: Pelo menos cinco empresas, das 44 integrantes da primeira lista de estatais privatizáveis, apresentam condições de serem negociadas imediatamente já a partir da próxima segunda-feira, quando o presidente Figueiredo aprovar a listagem”. (Jornal do Brasil, Quarta-feira, 26/08/1981, p.17).

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

Mais adiante, o próprio periódico reconhece que não há mais detalhes porque as decisões ainda não tinham sido acordadas em relação aos critérios das vendas e às normas complementares ao decreto de privatização. O que se verifica é que antes mesmo dos trâmites e da listagem oficial ser divulgada e aprovada pelo presidente da república, o jornal procurava divulgar e noticiar de maneira entusiasta (o que se percebe com a escolha das palavras “logo” e “imediatamente”) a privatização de estatais.

Mas o Jornal do Brasil não era o único periódico a dar esta ênfase. O Jornal “O Fluminense”, em primeiro de dezembro de 1981, fez uma nota cuja chamada era “Presidente privatiza empresas”, em que é possível observar a tentativa de atribuir ao general Figueiredo protagonismo no processo (O Fluminense, terça-feira, 01 de dezembro de 1981, p.6). No ano seguinte, fez nova nota, desta vez intitulada ‘Tudo bem’, em que dizia: “Vai de vento em popa o programa de privatização promovido pelo Presidente Figueiredo. A Comissão Especial de Desestatização baixa até o final de janeiro mais quatro editais anunciando a venda de outras empresas estatais” (O Fluminense, Quinta-feira, 21 de janeiro de 1982, p.7).

O mesmo ocorre com o Jornal Última Hora, onde a reportagem cujo título é “Só com economia livre há democracia estável”, feita em 1984, tem o seguinte início: “A democracia política almejada no país só será verdadeira, consistente e estável, se for conquistada juntamente com a democracia econômica, pois não há sociedade politicamente livre que não se baseie em um sistema econômico livre” e, mais adiante, acrescenta: “a Comissão Especial de Desburocratização já conseguiu concluir processos de dois terços das 140 empresas enquadráveis no programa” (Jornal Última Hora, Quinta-feira, 29/11/1984, p. 6).

Mas não era apenas a imprensa escrita que fazia da desestatização um tema de interesse. Nas publicações da Fundação Getúlio Vargas (FGV), também é possível identificar a recorrência do assunto. A Revista de Administração Pública da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas desta universidade é publicada desde 1967, sem interrupções. Durante os anos do governo Figueiredo, é possível encontrar, pelo menos, cinco artigos que possuíam como tema a desestatização e o controle político de empresas estatais federais, além da publicação da íntegra de uma palestra proferida pelo

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

ministro Hélio Beltrão, sobre o Programa Nacional de Desburocratização, em maio de 1981, na própria FGV.

Beatriz Wahrlich era então professora titular da Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) da Fundação Getúlio Vargas, estudiosa do tema de reformas administrativas no Brasil e foi autora frequente de artigos na Revista sobre desburocratização e desestatização, explicando em seus textos que estes dois processos gestavam-se no governo Figueiredo de modo interligado, na medida em que visavam “aumentar a eficiência, a eficácia e a sensibilidade da administração pública e fortalecer o sistema de livre empresa” (out./dez.1984, p. 73). Fazendo uma avaliação, no último trimestre de 1984, das desestatizações alcançadas até ali, Wahrlich considerava o resultado modesto, mas coerente com a proposta do governo, que havia sido frear o movimento de crescente expansão de empresas estatais que acontecia anteriormente (out./dez.1984, p. 82).

Não é por acaso que este debate e esta avaliação tenham acontecido no âmbito da Fundação Getúlio Vargas. Sérgio Wanderley e Ana Bauer, no artigo “Aliança para o Progresso, geopolítica do conhecimento e o ensino de administração no Brasil”, demonstraram como esta instituição foi eleita pela Aliança para o Progresso, ainda no início da década de 1960, como o veículo para a intervenção no ensino da administração, recebendo recursos de diversas fontes dos Estados Unidos. Tal processo se acelerou nos anos da ditadura, garantindo a expansão da Fundação, o que fez com que ela encobrisse o papel da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) no ensino de administração para o desenvolvimento e promovesse conteúdos opostos aos preconizados por esta, disseminando o modelo de *scientific management* estadunidense, mais descolado do desenvolvimentismo e mais próximo da expansão do capitalismo avançado (2020, p. 350; 363; 372).

Eugenio Gudín mantinha vínculos com a FGV desde a década de 1940, onde participou da implantação do centro de estudos econômicos e de seu curso de pós-graduação em economia, chegando à vice-presidência da Fundação, entre 1960 e 1976 (KELLER, Wilma, 2010). É ele quem protagonizou o acontecimento eleito como símbolo do início da campanha empresarial contra a estatização da economia, ainda sob o governo do general Ernesto Geisel. Sebastião C. Velasco e Cruz identificou um

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

discurso de Gudin em 1974, ao receber o título “Homem de Visão”, como um marco que teria grande repercussão. Em sua fala, o homenageado fez uma crítica ao controle do Estado sobre a economia brasileira, indicando que tal controle não tinha paralelo no mundo capitalista, só sendo menor do que nos países comunistas. Para o autor, estas palavras ganharam uma ressonância inédita:

“Nos dias seguintes, elas apareceram transcritas, em espaço nobre, nos diários da grande imprensa, que em editoriais lhe faziam a exegese. A intervenção estatal tornava-se agora objeto de preocupação coletiva. Finalmente, a batalha em defesa da ‘economia de mercado’, pela ‘livre empresa’, contra a ação do Estado que tende a estrangulá-la havia começado” (Velasco e Cruz, 1995, p. 35-36).

Em seguida, Velasco e Cruz aponta que, no início da década de 1980, esta campanha sofreu transformações e os alvos eram outros, mas, seja como for, o que se percebe é que, para alguns grupos de empresários “a outra face do ‘milagre’ era a estatização ‘indesejada’ da economia” (KUCINSKI, 1982, p.29) e, diante da impossibilidade de se sustentarem as condições de crescimento do milagre econômico, desencadearam uma campanha ideológica em defesa da desestatização da economia.

Em onze de maio de 1983, a Federação Brasileira das Associações de Bancos (FEBRABAN), a Federação Nacional dos Bancos (FENABAN) e a Associação Nacional dos Bancos de Investimento e Desenvolvimento (ANBID) fizeram circular nos grandes jornais um “esclarecimento público” de quase uma página inteira “em defesa da livre iniciativa e contra qualquer forma de estatização”. Nesta ocasião, eles faziam referência à estatização bancária, mas reuniam depoimentos de distintos empresários, presidentes de sindicatos patronais, ex-ministros da economia, e até mesmo do presidente da Comissão Especial de Desestatização, concluindo que:

“Diante da ameaça que pairou sobre o sistema da livre iniciativa no Brasil, com o malogrado projeto da estatização das instituições financeiras, o País inteiro, como uma só voz, se levantou na defesa da nossa mais cara instituição econômica, através de suas lideranças mais expressivas. O sistema de mercado, da livre empresa, foi defendido pela imprensa, por representantes de entidades, pelas vozes mais significativas de todos os nossos extratos políticos, econômicos e sociais, numa maciça e impressionante demonstração de coerência, convicção e firmeza” (Última Hora, 11 de maio de 1983, p. 3).

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

Descontando-se os exageros do comunicado, o que se verifica é que ao se declararem publicamente contra a estatização bancária, os empresários reunidos nestas entidades acabam fazendo coro à necessidade de se desestatizar a economia, em elogio à empresa privada.

Mas, voltando ao contexto de dificuldade econômica, ele é fundamental para compreender a adoção da política de desestatizações pelo governo Figueiredo. O cenário dos anos de 1979 a 1985 é de inflação e de aumento de preços do petróleo no mercado internacional, o que vai causar um déficit na balança de pagamentos brasileira, com aumento da dívida pública. A desestatização aparece como um dos elementos que o governo elege como solução para diminuir os gastos do Estado e almejar o equilíbrio. Em discurso proferido 45 dias após a sua posse, Figueiredo destacou que os brasileiros atravessavam uma época particularmente difícil da vida nacional, em que a inflação voltava a disparar. Dentre as ações tomadas pelo governo federal para mitigar os danos, ele declara que restringiu “o acesso das empresas estatais e privadas ao crédito externo, para não agravar o endividamento do Brasil” e cortou os gastos do Governo Federal (Brasília. Discurso à nação brasileira pela passagem do dia do trabalho, 01 de maio de 1979, p.42).

Em discurso no ano seguinte, como em vários outros, voltaria a destacar que “Como tantos outros países, o Brasil enfrenta os efeitos combinados de uma inflação elevada, do alto custo da energia importada e, conseqüentemente, de desequilíbrios nas contas externas” (Rio de Janeiro. Discurso durante reunião dos dirigentes do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, 14 de abril de 1980, p.63). Para solucionar este problema, Figueiredo comunica que estava implementando vasto programa de substituição de combustíveis importados por alternativas domésticas e renováveis, além da redução de gastos e investimentos:

“Na luta contra a inflação, adotamos um caminho mais longo, de controle mais gradual e menos traumático. Sua base é uma política monetária firme, mas sem caráter recessivo. A ação do Governo nesse particular, começa com a rígida disciplina dos gastos públicos e dos planos de investimentos das empresas estatais” (Idem).

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A questão da economia feita pelo governo com as desestatizações também é veiculada nos jornais, como na matéria “Governo espera economia de Cr\$ 104 bilhões com 43 empresas privatizadas”, do Jornal do Brasil:

“Este ano o Governo espera obter uma economia de Cr\$104 bilhões 891 milhões através da privatização de 43 empresas estatais, informou o presidente da Comissão Especial de Desestatização, Paulo Roberto Niccoli. Essa economia, disse ele, refere-se apenas aos recursos que o Tesouro deixará de transferir para essas empresas, faltando ainda computar o total de recursos a ser obtido com a venda dessas companhias” (Jornal do Brasil, 31 de março de 1982, p. 17).

Em julho de 1981, no mesmo dia da publicação do decreto 86.215/81, Figueiredo fez um discurso no Palácio do Itamaraty, por ocasião do segundo aniversário do Programa Nacional de Desburocratização. Nele, destacou que:

“Os atos que acabo de assinar são, aliás, uma demonstração da abrangência do Programa. Dizem respeito a temas de maior relevância. Ressalto a aceleração do processo de transferência de empresas estatais para o setor privado nacional e a redução da burocracia que onera os municípios de menor porte” (Brasília. Discurso por ocasião das comemorações pelo segundo aniversário do Programa Nacional de Desburocratização, p.236).

Além disso, deixava muito clara uma analogia entre a desestatização, a desburocratização e a abertura política da ditadura:

“Vejo, realmente, o Programa Nacional de Desburocratização como parte essencial do processo de abertura democrática, no qual estou empenhado. Tenho a convicção de que *desburocratização* e *liberdade* são conceitos indissolivelmente ligados” (Grifos no original. Op. Cit., p. 236).

Construía-se, portanto, discursivamente, uma relação entre a abertura política e a redução da participação do Estado na economia. Além disso, independentemente do tamanho das empresas que foram desestatizadas durante os anos do Governo Figueiredo ou do volume do seu impacto na economia nacional, o que se percebe é que há neste período uma inflexão nas relações entre Estado e economia. Se, até o governo anterior, o número de empresas estatais aumentava, agora era declarado o momento de frear este movimento e, além disso, revertê-lo. Assim se fortalecia a argumentação de que os problemas econômicos são solucionados com o enxugamento de gastos pelo governo e

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

experimentava-se a diminuição do controle do Estado sobre empresas ainda em um governo da ditadura militar.

As desestatizações do governo Figueiredo informarão de diferentes formas o processo de privatização que viria a seguir. Primeiro, porque algumas empresas que foram elencadas como desestatizáveis só foram privatizadas no futuro. Depois, porque dentre as empresas desestatizadas na primeira metade da década de 1980, há subsidiárias de empresas que serão, na sequência, objeto de privatização, como é o caso, por exemplo, da Companhia Siderúrgica Nacional. Por fim, mas não menos importante, o exemplo, a experiência, a divulgação e a cada vez mais frequente e familiar utilização das palavras privatização e desestatização servirão à tentativa da construção de um consenso em relação à ideia de que um Estado enxuto é sinônimo de uma economia melhor. Além de tentar convencer que a liberdade econômica e a valorização das empresas privadas são a garantia da verdadeira democracia no país.

## Referências Bibliográficas

BELTRÃO, Hélio. Programa Nacional de Desburocratização. *Revista de Administração Pública*, volume 15, número 3, jul/set. 1981, pp. 92-119.

KELLER, Wilma. Eugênio Gudim. Verbete Biográfico. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2010.

KUCINSKI, Bernardo. *Abertura, a história de uma crise*. São Paulo: Editora Brasil Debates, 1982.

PIZZA JUNIOR, Wilson. Burocracia e (Des)burocratização. *Revista de Administração Pública*, volume 18, número 3, jul/set. 1984, pp. 4-17.

VELASCO E CRUZ, Sebastião Carlos. *Empresariado e estado na transição brasileira: um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974-1977)*. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

WAHRLICH, Beatriz. A Reforma Administrativa no Brasil: experiência anterior, situação atual e perspectivas – uma apreciação geral. *Revista de Administração Pública*, volume 18, número 1, jan/mar. 1984, pp. 49-59.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

\_\_\_\_\_. Controle político das empresas estatais federais no Brasil – uma contribuição ao seu estudo. *Revista de Administração Pública*, volume 14, número 2, abr/jun. 1980, pp. 5-37.

\_\_\_\_\_. Desburocratização e desestatização: novas considerações sobre as prioridades brasileiras de reforma administrativa na década de 80. *Revista de Administração Pública*, volume 18, número 4, out/dez. 1984, pp. 72-87.

\_\_\_\_\_. Reflexões de ordem administrativa sobre as empresas estatais no Brasil. *Revista de Administração Pública*, volume 13, número 3, jul/set. 1979, pp. 23-46.

WANDERLEY, Sergio e BAUER, Ana. Aliança para o Progresso, geopolítica do conhecimento e o ensino de administração no Brasil: o caso Cepal. In CAMPOS, Pedro; BRANDÃO, Rafael e LEMOS, Renato (orgs). *Empresariado e Ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2020.

## Anexos

Anexo 1 – Primeira lista de empresas a ser privatizadas divulgada pela Comissão Especial de Desestatização (Setembro/1981).

Grupo 1 – Empresas confiscadas e/ou incorporadas ao patrimônio nacional:
Companhia Paulista de Celulose – COPASE Estrada de Ferro Corcovado Companhia Brasileira Cimento Portland Perus Indústria Brasileira de Papel – INBRAPEL Companhia Melhoramentos de Blumenau – Grande Hotel de Blumenau Estrada de Ferro Perus – Pirapora Companhia Brasileira de Produção e Empreendimentos – CIBRAPE
Grupo 2 – Empresas sob controle transitório, direto ou indireto, da União, mas não incorporadas a seu patrimônio:
Aços Especiais Itabira – ACESITA Caraíba Agrícola S.A. Caraíba Metais S.A. – Indústria e Comércio Carbonífera Barão do Rio Branco S.A. COBRA – Computadores e Sistemas Brasileiros S.A. Companhia América Fabril Companhia Brasileira de Cobre – CBC Companhia Ferro e Aço de Vitória – COFAVI Companhia Pernambucana de Borracha Sintética – COPERBO Companhia Química do Recôncavo – CQM Companhia Siderúrgica da Amazônia – SIDERAMA Companhia Siderúrgica Mogi das Cruzes – COSIM Companhia Usinas Nacionais

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

DATAMEC S.A. – Sistemas e Processamentos de Dados DATAMEC – Educacional Ltda Empresa Carbonífera Próspera S.A. Fábrica de Tecidos Dona Izabel Florestal Acesita S.A. – FLORASA Florestal Riocell Ltda Força e Luz de Criciúma S.A. Forjas Acesita S.A. Hotel da Praia Livraria José Olympio Editora S.A. MAFERSA – Sociedade Anônima Método, Organização, Planejamento e Administração de Empresas S.A. Mineração, Ferro e Manganês S.A. Óleos de Palma S.A. – Agro-industrial – OPALMA Petroquímica União S.A. Polimetal Indústria e Comércio S.A. Refinaria Ramiro S.A. RioCell Administração S.A. RioCell Trade GMBH Rio Grande Companhia Celulose do Sul – RioCell S.A. Fiação e Tecelagem Lutfalla Ultrafértil S.A. – Indústria e Comércio de Fertilizantes Usiminas Mecânica S.A. – USIMEC
--

Grupo 3 – Empresas subsidiárias criadas para atender o disposto no artigo 26, do Decreto-Lei nº 227/67 – Código de Mineração
--

Companhia Brasileira de Zinco – CBZ Mineração Carbase Ltda Mineração Carbrasa Ltda Mineração Carbre Ltda Mineração Carmec Ltda Mineração Carzinco Ltda Mineração Níquel Santa Maria Ltda
--

Anexo 2 – Segunda lista de empresas a ser privatizadas divulgada pela Comissão Especial de Desestatização (Novembro/1981). JB 1/12/81, p. 17

Federal de Seguros S.A. Nitriflex S.A. Indústria e Comércio Sociedade Técnica de Administração e Corretagem de Seguros Ltda (SOTECNA)
---

Anexo 3 – Relatório do resultado do trabalho da Comissão Especial de desestatização, entregue ao SNI, em junho de 1984 (ACE 042406/84. Fundo SNI/AN)

I. Empresas Estatais excluídas pela Ação da Comissão Especial de Desestatização:
--

a) Por privatização: - Cia Química do Recôncavo
--

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História

## Rio de Janeiro/RJ, 2021

<ul style="list-style-type: none"><li>- Cia América Fabril</li><li>- Fábrica de Tecidos Dona Isabel</li><li>- S.A. Fiação e Tecelagem Lutfalla</li><li>-RioCell Administração, RioCell Trade, Rio Grande Companhia de Celulose e Florestal RioCell Ltda</li><li>-Método-Organização, Planejamento e Administração de Sistemas</li><li>-Cia Pernambucana de Borracha Sintética - COPERBO</li><li>-Cia Indústrias Brasileiras de Papel – Inbrapel</li><li>-Federal de Seguros S.A.</li><li>-Óleos de Palma S.A. - OPALMA</li><li>- Nitriflex S.A. Indústria e Comércio</li><li>-Indústria Carboquímica Catarinense</li><li>-Livraria José Olympio Editora S.A.</li><li>- S.A. Fiação e Tecelagem Lutfalla</li><li>-Eucine – AudioVisual Ltda</li><li>-Didacta-Sistema Educacional S.A.</li></ul>
b) Por fusões: <ul style="list-style-type: none"><li>-Investimentos Brasileiros S.A. – IBRASA</li><li>- Insumos Básicos S.A. – Financiamento e Participações – FIBASE</li><li>-Mecânica Brasileira S.A. – Embramec</li></ul>
c) Incorporações <ul style="list-style-type: none"><li>- Ultrafértil S.A. Comércio de Fertilizantes à Petrofértil</li><li>-Carbonífera Barão do Rio Branco à Carbonífera Próspera</li><li>-Lavador Capivari S.A. à Carbonífera Próspera</li><li>-Caraíba Agrícola S.A. à Caraíba Metais S.A.</li><li>-Mineração Ferro e Manganês S.A. à Cosipa</li></ul>
d) Transformações <ul style="list-style-type: none"><li>-Cia. Brasileira de Projetos Industriais – COBRAPI</li><li>-Empresa de Engenharia e Construções – ECEX</li></ul>
e) Extinções <ul style="list-style-type: none"><li>- Emissão e Planejamento de Seguros S.A. – EPLAN</li><li>- Imobiliária Santa Cecília S.A. – CECISA</li><li>- Sociedade Técnica de Administração e Corretagem de Seguros Ltda – SOTECNA</li><li>- Datamec Educacional Ltda</li><li>- Hotel da Praia</li><li>- Empresa Digital Brasileira – DIGIBRÁS</li><li>- Cia Siderúrgica Mogi das Cruzes</li><li>- Itavale Ltda</li></ul>
f) Transferidas para Governos Estaduais <ul style="list-style-type: none"><li>- Força e Luz de Criciúma S.A.</li></ul>
g) Empresas em fase de extinção <ul style="list-style-type: none"><li>- Empresas criadas para tender ao disposto no Código de Mineração</li><li>- Centrais de abastecimento a serem incorporadas à COBAL</li><li>- Cia Ferro Carril Carioca</li><li>- Cia Ferro Carril Jardim Botânico</li></ul>
II. Empresas a serem privatizadas

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

- Cia Incentivadora de Atividades Agrícolas e Comerciais
- Cia de Navegação de São Francisco – FRANAVE
- Hospital Cristo Redentor S.A.
- Hospital Femina S.A.
- Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.
- Serviço Nacional da Bacia do Prata – SNBP
- Engenharia Hidráulica e Instrumentação S.A. – ENGEMATIC
- Ferritas Magnética S.A. – FERMAC
- Cia Paulista de Celulose – COPASE
- Estrada de Ferro Corcovado
- Cia Brasileira de Cimento Portland Perus
- Cia Melhoramentos de Blumenau – Grande Hotel Blumenau
- Estrada de Ferro Perus-Pirapora
- Cia Brasileira de Produção e Empreendimentos – CIBRAPE
- Aços Especiais Itabira – ACESITA
- Computadores e Sistemas Brasileiros – COBRA
- Cia Brasileira de Cobre – CBC
- Cia Ferro e Aço de Vitória – COFAVI
- Cia Siderúrgica da Amazônia – SIDERAMA
- Cia Usinas Nacionais – CUN
- DATAMEC – Sistemas e Processamentos de Dados
- Florestal Acesita S.A. – FLORASA
- Forjas Acesita S.A.
- MAFERSA S.A.
- Petroquímica União S.A.
- Refinaria Ramiro S.A.
- Usiminas Mecânica S.A. – USIMEC